

Ilustração do demônio Gremory por Louis Le Breton, gravada por M. Jarrault (*Dictionnaire Infernal*, 1863). Arte de domínio público. Composição visual remixada.

DOI: 10.53981/destrocos.v6i1.57430
RESENHAS

# INSTITUIÇÕES, SOCIEDADE E POLÍTICAS DA VIDA: RESENHA DE *INSTITUIÇÃO* DE ROBERTO ESPOSITO

**Guilherme Francisco Waterloo Radomsky**
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil

**Resumo**
Nesta resenha, analiso o livro *Instituição* de Roberto Esposito. O ato de instituir e a consolidação de instituições são os pontos de partida para um exame histórico que percorrerá diferentes áreas de conhecimento e os debates que tiveram consequências políticas e sociais para o mundo contemporâneo. Se de um lado, o ato de instituir é visto como a fundamental produção da novidade, do começo, toda instituição, por outro, resiste à mudança. Biopolítica, ação, poder e transformação estão em jogo nesse curto, porém relevante, livro. Se as instituições têm o potencial de confinar a vida e impedir a transformação, quais são os possíveis caminhos para rediscutirmos a essência do processo de instituir novas formas de vida e, portanto, novas relações políticas?

**Palavras-chave**
Instituições, biopolítica, imunização.

## INSTITUTIONS, SOCIETY, AND POLITICS OF LIFE

**Abstract**
In this review, I analyze the book *Instituição* by Roberto Esposito. The act of establishing and consolidating institutions are the starting points for a historical examination that will cover different areas of knowledge and the debates that have had political and social consequences for the contemporary world. If, on the one hand, the act of establishing is seen as the fundamental production of novelty, the beginning, every institution, on the other, resists change. Biopolitics, action, power and transformation are at stake in this short but relevant book. If institutions have the potential to confine life and prevent transformation, what are the possible paths for us to re-discuss the essence of the process of instituting new forms of life and, therefore, new political relationships?

**Keywords**
Institutions, biopolitics, immunization.

Como citar: RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Instituições, sociedade e políticas da vida: resenha de *Instituição* de Roberto Esposito. *(des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. e57430, jan./jul. 2025.

Este trabalho está licenciado sob uma licença *Creative Commons Attribution 4.0*.

É provável que nunca como durante o período da pandemia de COVID-19 o problema da imunização da vida contra os perigos da própria *bios* tenha sido tão intenso. Em livro escrito durante a pandemia, Roberto Esposito, filósofo italiano, debruça-se sobre o tema das instituições e em especial sobre a necessidade, a partir desse contexto político e sanitário, de instituir uma nova (forma de) vida. Em *Instituição*, lançado em português no Brasil em 2023, o autor evoca o quanto todos sentimos a simultânea urgência de defender a vida contra a ameaça de morte e a emergente gestão política que dividiu as opiniões políticas, separou as pessoas e criou sistemas de isolamento e quarentena.

Pensar as instituições durante a emergência sanitária é para Esposito (2023) questionar como teríamos vivido ou resistido sem que as instituições não tivessem guiado nossos comportamentos; como sobreviveríamos ao vírus sem o aparato institucional que enfrentou o problema? As instituições, nesse sentido, tiveram papel crucial, embora tenhamos presenciado de maneira impressionante a escalada conflitiva e biopolítica de uma sociedade global em que convivem a medicalização da política e a politização da medicina (e o Brasil parece ter sido um caso emblemático para uma reflexão dessa intersecção). Apesar, assim, das diversas menções ao evento pandêmico, o livro nada mais é do que um mote para o autor refletir em poucas páginas sobre o problema das instituições e como ele perpassa a história ocidental, bem como particularmente qual desenvolvimento assume a reflexão sobre elas nas distintas áreas de conhecimento, tais como a sociologia, o direito, a ciência política e, evidentemente, a filosofia.

Uma das perguntas persistentes do livro é sobre a relação entre as instituições e o ato de instituir. Por quê? Para Esposito, o que temos visto desde há muito tempo é um desequilíbrio de uma relação que para o filósofo deve ser sempre entendida como de copresença. Se de um lado, o ato de instituir é visto como a fundamental produção da novidade, o começo, de outro, toda instituição resiste à mudança; todo processo que institucionaliza comportamentos ou quadros jurídico-políticos quer permanecer. Afinal, a questão gira em torno do "polo institucionalizado": ao que parece o pensamento ocidental foi marcado pelo sentido do permanecer, das instituições que se tornam armaduras constitutivas de nossas vidas e que conformam um panorama social e político que impede a mudança. Como ele afirma em um ponto do livro, a instituição deve ser pensada pelo negativo, por aquilo que tem o potencial de romper sua cristalização. Isto porque a práxis instituinte implica tensão contínua entre o que quer permanecer e o que não está institucionalizado e, portanto, desafia as próprias instituições. Retornarei a esse tema adiante.

Esse ponto de vista acaba por destacar que as instituições na vida humana são eixo que se interpõem entre a vida e a norma, consistindo num elo que evita que venhamos a viver na pura violência ou sob o controle absoluto da vida. Por isso as instituições estão no centro de uma relação entre *bíos* e *nomos*, representando espaços e procedimentos nos quais há uma incessante relação entre os movimentos da sociedade, o poder e o conflito. Em *Bios* (2010), o foco era a imunização estar como resguardo entre a vida e a norma, o que agora percebemos ser uma continuidade da reflexão, haja vista que ambas – instituições e imunização – são formas de pensar a política democrática e a preservação da vida, ainda que sempre podendo gerar paradoxos e problemas, tema também explorado por Nalli, em *Communitas/Immunitas* (2013). Uma das inspirações marcantes para o autor italiano quanto a isso é Maquiavel na fundação do pensamento político moderno, pois para este o conflito é originário da sociedade, sendo absolutamente contingente. O conflito político é imediato nas relações sociais; não sendo fundado por nada anterior, ele

próprio conduz à possibilidade da sociedade, que é imediatamente dividida e construída no antagonismo. As instituições tem a função essencial de manter interesses contrapostos e divididos em interação, em conflito, evitando a violência extrema.

Recuperemos um ponto antecedente. Se uma das motivações para Esposito se dedicar ao tema é a relação difícil entre o processo de instituir e a cristalização das instituições é porque a história mostra como ênfases distintas foram dadas por intelectuais ou por tradições de pensamento e tiveram consequências profundas. Na Roma antiga, mostra o autor, instituir a vida coletiva, ou seja, o ato fundacional mesmo, é sempre passo prioritário, isto é, instituir como um processo que estabelece situações, organiza e cria artificialmente estados ou circunstâncias conforme as exigências históricas. Essa dimensão operativa do direito romano atuava até mesmo quanto à noção de natureza: comentando o trabalho de Yan Thomas, não é a natureza que condiciona, ela é condicionada de acordo com as instituições.

Já para o cristianismo dos século seguintes outra compreensão aparece: todas as instituições se conformam à natureza, que se torna dada. O poder de fato para instituir é de Deus, não dos humanos – estes não têm o direito ou condições de instituir a vida. Ele é dado pelo criador à criatura e então a natureza é, assim, obra unicamente de Deus. Observe-se o quanto a perspectiva da autoridade perpassa esse paradigma e marcará o conceito de instituição. Mesmo na versão secularizada, conforme o autor, emerge o problema de um poder que estabelece as coisas de uma vez por todas. A noção de instituição se torna enrijecida, subtraída da história que a constituiu e da memória do feito instituinte. Até mesmo em Hobbes se constata esse tom, pois será o soberano que guardará o que foi instituído, e dessa forma Esposito sugere que o embate crucial entre ambas as potencialidades (o ato de instituir e o instituído) marcará o debate político até os dias atuais: de um lado o poder opressivo das instituições que confinam a vida e retêm a mudança, de outro uma opção messiânica que deseja destruir aquilo que nos aprisiona.

Ainda assim, antes de chegar aos dilemas mais atuais, vale a pena observar uma outra sequência de proposições também explorada por Esposito e que tem como ponto de partida não o direito, o Estado ou à política, mas a efervescência da vida social. As instituições como tema da sociologia fazem jus a forças impessoais que são anteriores aos indivíduos[1]. Nessa reorientação do pensamento institucional no início do século XX com os primeiros sociólogos na França se modifica substancialmente o eixo de análise: não se trata mais de partir das leis ou do problema da soberania para compreender as vicissitudes e dificuldades da mudança das instituições. E não se trata de partir do soberano que funda a política e a sociedade. Antes o privilégio da sociologia é dado à sociedade e sua capacidade de instituir: as leis estão no interior de um quadro social e, apesar de isso parecer básico em ciências sociais, o exame de Esposito das relações entre as diferentes instituições e as suas histórias (instituições que geram outras num processo inventivo dinâmico) é instigante, especialmente no contraste que ele estabelece com correntes do direito em que o sentido do entendimento é inverso.

Voltando à filosofia, também no início e em meados do século XX, é curioso ver que o autor procurará na fenomenologia elementos para pensar instituições, talvez uma

[1] O problema do impessoal na filosofia e no direito aparecerão adiante no livro com questões que advêm do pensamento de Simone Weil e Gilles Deleuze entre outros. Despersonificar o direito e ao mesmo tempo escapar do constrangimento dicotômicos entre o privatismo e o coletivismo. Alguns dos temas já apareceram em Esposito, *Terza persona* (2007). Um balanço também pode ser encontrado em Radomsky, *Roberto Esposito*.

das correntes mais afastadas dessa reflexão. Pois para Esposito a fenomenologia equipou expressivamente o pensamento filosófico com a problemática da horizontalidade da relação, da prática, do estar no mundo e assim novamente pode-se entender ali a produtividade da práxis instituinte com, por exemplo, o conceito de emergência. O autor vai mais longe, mostrando que particularmente em Merleau-Ponty se viu não apenas o efeito do sujeito sobre as instituições mas o ato de instituir é também transformador do eu. Essa dupla relação remete à subjetivação e necessariamente ao corpo. Novamente, o contraponto está em correntes do direito que partem da premissa do sujeito enquanto constituído no ato instituinte – o legislador cria um novo marco institucional e ele próprio não é problematizado enquanto sujeito histórico –, numa espécie de entendimento artificial da subjetividade na qual ela não é alterada nos processos moventes da vida política.

Dessa maneira assim exposta, o texto de Esposito pode ser compreendido como sendo um elogio ao infindável processo de inovação institucional. Se é possível ver essa potência como fundamental, uma menção de passagem a Arnold Gehlen esclarecerá que a vida seria muito difícil sem que houvesse a cristalização das instituições. Estaríamos todos num ambiente altamente oneroso para a ação com as pulsões não selecionadas e tampouco reguladas pela vida social. A antropologia filosófica de Gehlen (que vale a pena dizer Esposito é bastante crítico do seu tom conservador) tem para Esposito o mérito de pelo menos ser atenta ao modo como cada ser humano não precisa criar tudo novamente a cada vida vivida, ou seja, como é custoso o processo social e histórico de institucionalização do modo de viver. Avançando, um dos autores convocados para a crítica ao conservadorismo de Gehlen é Gilles Deleuze ao afirmar num texto dos anos 1950 que entre a lei e a instituição pende para a última o poder funcional de implementação – são as instituições que perfazem uma plasticidade que as torna capazes de serem organizadas ao que a sociedade necessita. Cabe um destaque para essa reflexão deleuziana em que aparece um debate com Hume,[2] pois Esposito volta ao tema da proeminência da sociedade frente à lei ao insistir que até mesmo no utilitarismo filosófico a sociedade está sempre em existência antecedendo, quando se supõe, o contrato social.[3]

Passo central da obra está na relação dialógica e em tensão que o autor estabelece entre Michel Foucault e Hannah Arendt. Como já demarcado anteriormente em seu percurso intelectual,[4] Esposito reafirma sua posição a respeito de Foucault, agora buscando ressaltar elementos para uma análise das instituições. Se é inescapável a importância do filósofo francês, há também uma distância que Esposito quer demarcar

[2] A originalidade com que Deleuze enfrenta a antiga relação entre natureza e cultura nas obras publicadas posteriormente já é esboçada nesse momento. As instituições não são natureza, mas desta emergem. Trata-se de uma margem entre natureza e cultura que une e divide ao mesmo tempo. Se instituições nascem dos contatos com a natureza, sua relação não é de identificação. Afirma Esposito que entre ambas percorre um diafragma e, ainda que sutil, as mantém separadas.

[3] É preciso reconhecer, portanto, que Esposito aborda na obra diferentes ângulos e matizes sobre as instituições, tais como o neoinstitucionalismo econômico. Não vou me deter nisso, porém cabe a menção de que para um autor que dedicou muito ao tema do Estado é um eixo fértil de argumentação para entendermos como operam instituições para além do prisma estatal. Do ponto de vista sociológico sobre o mesmo problema, além da escola sociológica francesa, ele analisa outras diferentes contribuições, tais como as derivadas do pensamento de Niklas Luhmann.

[4] Esposito, *Bios*; Esposito, *Immunitas*.

entre ambos, particularmente ao afirmar que quando Foucault[5] (em sua fase dos anos 1970) mostrou o esgotamento do regime soberano e a emergência do biopoder para atuar sobre os seres viventes, a substituição da lei pelas normas manteria o caráter de controle sobre o corpo social. A transformação em si interessa a Esposito, já que um conjunto de aparelhos reguladores da sociedade (administrativos, governamentais, biomédicos) se instituem, porém na leitura de Foucault enquanto poderes definitivamente normalizadores. Sob esse ponto de vista que o autor italiano se aparta do francês, não aceitando que para as instituições caiba apenas capturar a vida e esta esteja a todo o custo evitando vínculos formais por ser intolerante a qualquer forma de poder.

Já Arendt, na ótica de Roberto Esposito, seria uma autora a resguardar perspectiva distinta, porque para ela não se trata de ver como vida biológica se torna sempre objeto da política; quando a vida entra nessa seara a política já não é exercida em plena potência, dirá o autor italiano sobre Arendt. Categoria amplamente trabalhada pela autora, é a ação que vem a ser a mais fundamental para organizar novas instituições. Efetivamente, com a categoria de ação estamos novamente dando foco ao ato instituinte e, portanto, às mudanças e à criação. Então, vida biológica e política não parecem habitar o mesmo terreno. A política é, nesse prisma, uma atividade humana em que as necessidades mais urgentes da vida (a sobrevivência mesma) não podem estar presentes. Estaríamos aqui diante da concepção clássica de política que bem mostrou Rancière[6] ser fundada na separação de quem pode, tem parte e dispõe de condições para exercício político na pólis?

Brevemente, em parágrafos anteriores, abordei como para Esposito existem duas linhas copresentes no entendimento das instituições, o ato de instituir e a consolidação das instituições que permanecem. A ênfase em um dos aspectos é o que conduz a problemas relativos a movimentos da sociedade anárquicos e anti-institucionais messiânicos ou a autoritarismo e captura da dinâmica da vida em estruturas políticas avessas a qualquer mudança. Uma das formas de recuperar essa dupla capacidade em equilíbrio está no que o autor denomina de produtividade do negativo. As instituições guardariam uma intrínseca armação que contém em si forças que estão o tempo todo desafiando e potencialmente desconstruindo seus desenhos. O fundo institucional dos embates políticos são centrais, uma vez que sem ele o "cara a cara", como afirma o autor, degenera usualmente em violência. Para além da conciliação forçada, a instituição mantém a tensão entre o interior e o exterior e, reconhecendo que o conflito é irredutível, não corremos o risco inverso, isto é, de nos deixar seduzir por ideias ingênuas de pacifismo absoluto.

Ao final, a questão é que para Esposito a vida sem instituições parece ter o risco de implodir pelo excesso de imanência. Para ele, o que temos testemunhado quanto ao racismo é justamente uma vida esmagada por atributos corpóreos e de cor; guerras e colonialismo, poderíamos pensar igualmente, como conquista em nome da vida (em detrimento e morte de outras); destruição ambiental em favor da vida humana e consequente sacrifício do mundo. A vida sem instituições, afirma o autor, é a aproximação da morte. Nesse eixo que o problema do negativo reaparece, pois, recuperando aquele

[5] Em sua fase dos anos 1970, compreendendo *Vigiar e Punir* e alguns de seus cursos da época, ou seja, momentos em que Foucault se voltou mais às instituições repressivas. Esposito, ao final do livro, tece elogios ao último Foucault que, segundo ele, entendeu perfeitamente a potencialidade de desejar e instituir as formas ética e estética de vida.

[6] Rancière, *O desentendimento*.

mesmo Deleuze dos anos 1950 já mencionado, a afirmação da vida sem o negativo que lhe é constitutiva pode derivar na sua destruição.

Pode-se entender que para o autor o pensamento sobre a biopolítica entrou em uma crise que não consegue sair, entre o absoluto poder sobre a vida e a vida sem qualquer forma de poder. Por essa razão sua insistência em um tipo afirmativo de política da vida, mas que saiba o lugar do negativo, do que se constitui como um anteparo ao desejo infinito da vida se expandir e coincidir consigo mesma. Para Esposito a política é sempre divisão da sociedade e são as instituições na sua multiplicidade que asseguram o exercício do antagonismo democrático em sua melhor forma.

Entretanto, é de se admirar como o autor se obstina com o modelo jurídico-político romano do ato de instituir e simultaneamente o seu receio frente aos movimentos anti-institucionais e anarquistas. Permaneceria a pergunta se justamente no panorama da crise de mudança e o consequente imobilismo dos sistemas político e econômico que vivemos não se requer justamente forças mais eficazes de transformação. Sua ojeriza às potências que podem destituir as instituições é tamanha que mesmo no modo como examina a emergência sanitária da COVID-19 o autor não se deixa contaminar pela produtividade conceitual da ideia de estado de exceção – certamente um aceno crítico e sutil a outros filósofos contemporâneos, demarcando, assim, disputas intelectuais no cenário europeu.

Sob esse ponto de vista, pode-se dizer que eventualmente ao longo das páginas Esposito se deixa aproximar da ideia de que a excepcionalidade se tornou um tipo corriqueiro de governo para logo em seguida recusar a interpretação, já que as soluções por essa via seriam perigosas. Mas permanece o ponto: o poder realmente transformador seria aquele que se colocasse no exterior das instituições cristalizadas que retêm a mudança? Quem sabe formas de alterar essa "sociedade da insatisfação administrada" como escreveu Safatle.[7] Ou talvez, mesmo que o autor não seja simpático, movimentos que oportunizassem a emergência de um poder da inoperatividade, haja vista que as variadas transformações testemunhadas por nós ao longo dos anos não parecem representar mudança alguma. No entanto, afora a licença para especulações que o autor não aprovaria, Esposito acaba por reconhecer que precisamos alterar de fato nossas instituições e a compreensão a respeito delas. Pois quando as instituições se tornam blocos de repressão e confinamento das vidas humanas não parece haver alternativa além da apresentação de soluções messiânicas para sua destituição.

[7] SAFATLE, *Cinismo e falência da crítica*.

## Referências

ESPOSITO, Roberto. *Terza persona*. Politica della vita e filosofia dell'impersonale. Torino: Einaudi, 2007.

ESPOSITO, Roberto. *Bios*: biopolítica e filosofia. Trad. Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2010.

ESPOSITO, Roberto. *Immunitas*: the protection and negation of life. Trad. Zakiya Hanafi. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011.

ESPOSITO, Roberto. *Instituição*. Tradução e apresentação Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. (Coleção Filô).

NALLI, Marcos. Communitas/Immunitas: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 5, n. 37, p. 79-105, jul./dez. 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*: política e filosofia. Trad. Angela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RADOMSKY, Guilherme F.W. Roberto Esposito: comunidade, biopolítica e imunização. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 35, p. 459-73, 2017.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

# SOBRE O AUTOR

**Guilherme Francisco Waterloo Radomsky**
Professor do departamento e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail*: guilherme.radomsky@ufrgs.br.